

## O FUTURO É EPISCOPAL: UM ENSAIO SOBRE O EPISCOPALISMO

Fábio de Sousa Neto<sup>36</sup>

Dione Júnior da Silva<sup>37</sup>

Desde os primeiros séculos de história da Igreja, o governo episcopal detém maior reconhecimento, tradição e reformas na tão fragmentada cristandade espalhada por todo mundo. Esse tipo de governo eclesiástico se expande cada vez mais também, mesmo após o aparecimento controverso e disputado dos tipos de governo presbiteriano e congregacional.

As igrejas cristãs que adotam um bispado com governabilidade superior ao corpo presbiteral e diaconal de sua comunhão, e mantém sua unidade por meio de quaisquer sinodais e convenções presididas em colégio de bispos, que as direciona em matéria de governo, são classificadas como *episcopais*.

O termo se originou do conhecido correlato grego para *episcopos*, o qual significa “supervisor” ou “superintendente”, e faz referência à toda centralidade do bispado neste sistema de política eclesiástica. Ser um episcopal é defender esse tipo de estruturação de igreja.

O *episcopalismo* é o governo mais tradicional no cristianismo histórico, presente no Catolicismo Romano, nas Igrejas Ortodoxas e naquelas que fazem parte da Comunhão Anglicana de igrejas (desse modo, anteriores às novas alternativas eclesiológicas do calvinismo). Sim, existem muitas diferenças na aplicação de episcopado para episcopado, mas ainda são todos episcopais.

Após outras alternativas terem se apresentado, o tipo de governo episcopal não diminui; se intensificou. O anglicanismo manteve seu governo episcopal e, juntamente com ele, mais outros modelos protestantes de episcopado permaneceram. Os exemplos vão desde tantos tipos de comunhão luteranas

---

<sup>36</sup> Mestre em História (PUC/GO), pós-graduado em Teologia Sistemática, graduado em História (PUC/GO). Professor e coordenador da Pós-graduação da Faculdade Assembleiana do Brasil (FASSEB).

<sup>37</sup> Bacharel em Teologia pela FASSEB. Acadêmico de Filosofia (UFG).

quanto metodistas até comunidades carismáticas e pentecostais. Uma lista enorme que deixa um curto espaço para mencionar aquelas que decidiram se reinventar em matéria política pelo presbiterianismo ou congregacionalismo.

Ultrapassando seu primeiro século de origem, implantação e militância, as *Assembleias de Deus* no Brasil também recebem seus contornos da política episcopal, mais expressivos certamente no *Ministério de Madureira* – este estabeleceu um colégio de Bispos sob um Bispo Primaz e, assim, concedeu passos decisivos para declarar sua proximidade pelo episcopado do tipo protestante. É a partir deste seguimento assembleiano que escrevo e penso uma visão própria de episcopado.

Cada capítulo desta obra procura ser antecipado e construído intencionalmente pelo anterior, para fazer paralelos mútuos e prosseguir até ao final para reunir uma compreensão nítida da identidade episcopal e das razões para sua necessária adoção. Como dizia Ray R. Sutton, “a hierarquia é inescapável”<sup>38</sup>, e que assim seja.

Nosso fascínio pelo tipo de governo episcopal é uma possibilidade não só porque, pela prática e pelo testemunho, tal modalidade governamental sempre se mostrou *eficiente* na proclamação evangélica, *versátil* na adaptação sob diferentes tecidos sociais e *expansiva* em alcançar mais território ao longo da história cristã. Nosso motivo mais central vem especialmente do fato que mantemos isso com base na revelação de Deus, a Bíblia, e na sua autoridade em ditar nossa política eclesiástica.

Não devemos buscar nossa governabilidade por meio de padrões humanistas de “bom governo” ou que parecem “funcionar” secularmente, ou tampouco pelo celebrado conceito democracia que, embora seja apresentando como o símbolo máximo de perfeição política do mundo moderno, definitivamente,

---

<sup>38</sup> *Captains and Courts*, 1987; eis uma obra importantíssima para as nossas discussões em defesa do episcopalismo aqui.

é “o deus que falhou”<sup>39</sup>. Ao longo dessas páginas ficará cada vez mais claro porque não contamos com esse tipo de deus.

Falando da experiência episcopal assembleiana, minha expectativa sobre nosso futuro como igreja corre paralela à verdade que, se o movimento pentecostal pôde estremecer toda cristandade uma vez, quem sabe, sua clara aderência ao episcopado possa transformar, de uma só vez, tudo daquilo que até agora supomos saber sobre o assunto. Se entre Jerusalém e Atenas tudo pode acontecer, por certo, entre Azusa e Roma também.

## MUNDANIDADE

“A humanidade não suporta a realidade em excesso”.

T. S. Elliot

Jesus Cristo estabeleceu sua Igreja no limiar da história, dentro do espaço-tempo, para que ela estivesse nesse mundo, embora não fosse dele (Jo.17,14-15). Costumo chamar isso de *mundanidade da Igreja*, esperando, gentilmente, que todos meus leitores não confundam isto com *mundanismo na Igreja* – são duas coisas são completamente diferentes.

Quando falamos sobre “mundanismo” o que temos em mente são questões éticas e morais que se referem a todo um conjunto de comportamentos e práticas anticristãs que, segundo se pensa, está sendo absorvido nos relacionamentos humanas. Quando uma Igreja adota tais modos de pensar e agir, ela começa a se secularizar. É isso que definimos por “mundanismo”.

Entretanto, ao que me refiro por *mundanidade* da Igreja, diz respeito a sua relação social estabelecida de modo proposital neste mundo, caminhando por suas estruturas e organizações, estando no mundo embora não sendo dele. Nas palavras de James B. Jordan, a Igreja tem sua mundanidade própria, e ela deve,

---

<sup>39</sup> Sim, estou falando indiretamente da obra *Democracia, o Deus Que Falhou*, de Hans-Herman Hoppe. Para observar as fragilidades do conceito democrático sob uma investigação reformacional, cf. *Visões e Ilusões Políticas* de David T. Koyzis.

tal como toda organização sem fins lucrativos, considerar-se em certo sentido semelhante a qualquer outra organização:

Organizações sem fins lucrativos são diferentes de todos os outros negócios (e sim, a Igreja é um negócio). A Igreja é uma organização sem fins lucrativos (em geral, como uma corporação) que tem seu próprio léxico, missão, conjunto de clientes, métodos de contabilidade, objetivos de gerenciamento, definições de sucesso, grandes ou pequenas.<sup>40</sup>

Isso é mundanidade da Igreja. Somos mundanos em nossa jornada aqui ao ponto de nos assemelharmos à qualquer organização típica desse mundo, isto é, nós também possuímos CNPJ e endereço local numa avenida; registro de membresia e conselhos fiscais; com frequência nos reunirmos em convenções nacionais e estaduais que visam tratar de assuntos administrativos, além de reuniões administrativas periódicas de todo tipo. Se somarmos a isso o que temos feito pelo “mundo digital” também, como transmissões virtuais de cultos ou criação de páginas e perfis sociais, então, já estamos prontos para admitir o quanto realmente desfrutamos da nossa mundanidade como igreja.

Assumimos a mundanidade do mundo só para redimir a mundanidade no mundo. Jesus nos ensinou dessa forma com sua própria vida. Ele se encarnou para habitar entre nós (Jo.1,14) e, assim, a Igreja precisa se encarnar no mundo, habitar no mundo, afim de mudar o mundo. Somos o corpo de Cristo nesta terra e estamos *celebrando Deus no mundo*.

Jesus é nosso maior exemplo de mundanidade para redimir a mundanidade. Ele veio em semelhança de “carne pecaminosa” (Rm.8,3), e isso significa dizer que até mesmo em seu corpo ele se permitiu sujeitar aos fatores do tempo e do processo, às mudanças cíclicas deste mundo anormal. A Igreja pode, como Jesus, até se assemelhar em alguns aspectos ao que vemos em outros corpos organizacionais, mas é uma questão de mera aparência, em semelhança de “carne pecaminosa”. Nós não somos *do* mundo, como Jesus também não é. Nós somos *a Cidade de Deus*.

---

<sup>40</sup> *Financial Management for Episcopal Parishes*, 2017, n.p.

É desse modo que devemos vislumbrar nossa necessidade em se valer pelas coisas deste mundo para nossa própria organização e estrutura eclesial. Na mundanidade, tudo nos é permitido, embora nem tudo seja conveniente (1Co.16,12) e, assim, não deixaremos que nada nos domine para além da Palavra-Lei de Deus em Cristo. A Cidade de Deus deve continuar invadindo a cidade dos homens. É uma conspiração divina em ação.

O Cristianismo é aquele conjunto de crenças que afirma que o verdadeiro Deus é aquele que se “vestiu” de braços e pernas, virou gente e ganhou o nome de Jesus Cristo. Deus andou pela terra da antiga Palestina ensinando o *Evangelho do Reino*, até ser condenado injustamente à crucificação com data marcada para o dia 14 de Nisã. Após ressuscitar no dia 16, Jesus deixou um túmulo para trás junto com todos nossos pecados. O lugar onde seu corpo repousou naquele final de semana agora está vazio, mas ainda podemos visitar o lugar. Existe aqui no mundo. E chegando lá podemos ler a inscrição na entrada: *He is rise* [Ele ressuscitou].

A mundanidade na vida de Cristo espelhou-se sobre a mundanidade na vida da Igreja. Admitir essa verdade sempre foi um pouco demais para alguns; foi escândalo para uns e loucura para outros (1Co.1,23). Muitos não puderam crer que Deus realmente assumiu essa nossa mundanidade para redimir a mundanidade. Mas, lá no fundo sabemos que, “se Jesus não ressuscitou com o mesmo corpo, se a dissolução das células não reverteu, se as moléculas não se ligaram, e se os aminoácidos não se reuniram, a Igreja vai desmoronar” (John Updike). Sem mundanidade não temos Cristo nem Igreja.

Já nos dias dos primeiros cristãos, opositores e falsos cristãos começaram a formular suas desculpas para desdenhar do ensino da mundanidade que era crido pelos apóstolos. Os seguidores legítimos de Jesus não só ensinavam a mundanidade de Jesus como, também, a sua permanência nela. A mundanidade foi realmente redimida e entrou na Glória de Deus, tal como nós, a Igreja de Cristo, também entraremos na Glória quando chegar a consumação dos séculos. Hosana nas alturas!

Um cristão é aquela pessoa que afirma que Jesus subiu para Deus Pai com o mesmo corpo físico, para ser o Sumo Sacerdote dele no Paraíso, e para de lá receber todos nossos dízimos que estão financiando a Ordem de Melquisedeque, pois Jesus testifica estar vivo (Hb.7,8). Sem mundanidade também não pagamos dízimos.

Mas, como mencionamos anteriormente, tudo isso foi um pouco demais para os críticos do cristianismo do passado (e também o será para os críticos do presente e do porvir). Nos primeiros séculos na história da Igreja, todos aqueles que não suportavam essa mundanidade desembocaram em *gnosticismo*<sup>41</sup>; talvez a mais clara oposição ao ensino da mundanidade cristã.

Os gnósticos se achavam “mais espirituais”. Não queriam saber de mundanidade alguma. Depois de muitas controvérsias com os apóstolos e os primeiros apologistas da fé cristã, os gnósticos foram refutados e suprimidos na extensão do tempo, sendo espalhados ao vento da história. Mas a estranha mentalidade anticristã e desencarnada dos gnósticos (1Jo.2,22), infelizmente, ainda continua viva e ganhando adeptos ressentidos e desavisados nesse mundo.

Em geral, aqueles que espiritualizam tudo na igreja, incluindo o fato de que ela não necessita de qualquer tipo de governo ou parâmetro eclesiástico, e que pensa que necessitamos de coisas “mais elevadas e espirituais”, já foram engolidos pelo gnosticismo – um sistema de crenças que nega e rejeita estruturas da realidade mundana.

Quem insiste em espiritualizar toda realidade mundana, até banir todas as suas estruturas, faz isso porque não suporta ver a mundanidade no horizonte das questões últimas da vida, tal como os gnósticos não suportavam ver. Os cristãos que vivem uma verdadeira espiritualidade assumem a mundanidade da realidade para redimir a mundanidade.

Em sua obra *Ouçã o Espírito, Ouçã o Mundo*, John Stott afirma que a única Igreja capaz de realmente transformar esse mundo é a Igreja que não se

---

<sup>41</sup> “Movimento surgido no início do Cristianismo, já no século I, que 1) enfatizava uma verdade especial elevada que apenas os mais iluminados recebiam de Deus; 2) ensinava que a matéria é má; e 3) negava a humanidade de Jesus” (ERICKSON, Millard J. Dicionário Popular de Teologia, 2011, p.87)

entrega ao isolamento do mundo (gnosticismo), como uma forma de escape da realidade, e nem ao conformismo ético secular (mundanismo), perdendo sua identidade. “Ao invés de ‘afastamento’ e ‘conformação’, que são atitudes erradas em relação ao mundo, a atitude correta da Igreja é a ‘missão’”<sup>42</sup>.

Se nos retirarmos do mundo, qualquer missão se tornará impossível, já que não temos mais contato com a realidade. Se nos conformarmos ao mundo, a missão também se tornará impossível, já que perdemos nossos limites<sup>43</sup>. A mundanidade crida pelo ensino apostólico e assumida pela cristandade é algo visceral.

Jesus Cristo nos chamou para transformar a realidade e redimir nossa mundanidade. Mas, para isto acontecer, nós temos que rejeitar tanto as desculpas espiritualistas dos gnósticos quanto uma banalização mundanista dos secularistas. A humanidade caída não suporta a realidade em excesso, mas a humanidade redimida, cristã, *pode* suportar – nós *devemos* suportar.

Pensar nossa própria organização eclesiástica é pensar nossa mundanidade, é pensar nossa influência política e social que se estende ao mundo. Precisamos começar desse ponto. Quando de fato analisamos o próprio termo grego *ekklesia*, notamos sua relação com aquilo que se passava nas antigas assembleias da *polis* grega, onde “as decisões dos cidadãos com direito de voto não afetavam somente eles mesmos, mas todos os moradores da cidade”<sup>44</sup>, afirma Johannes Reimer. O que um governo eclesiástico promove afeta a sociedade ao redor, e deve afetar.

As escolhas políticas da Igreja, incluindo a sua opção pelo modelo eclesiástico episcopal, reverberam mundo afora e transmitem influência direta sobre a sociedade. Desse modo, Johannes Reimer nos afirma que somos “assembleia [*ekklesia*] dos eleitos por Deus, responsáveis pelo bem do mundo amado por Deus, mas decaído”, e que “a igreja se torna mensageira da paz para o mundo (2Co.5,17) e, por conseguinte, agente de transformação política e

<sup>42</sup> Ouça o Espírito, Ouça o Mundo, 2005, p.293.

<sup>43</sup> *Ibid.*

<sup>44</sup> *Celebrando Deus no Mundo*, 2012, p.31.

social”<sup>45</sup>. Tal é a empreitada na qual a Igreja se lança desde sempre ao assumir o mundo para redimir o mundo.

Nossa opção pelo modelo episcopal pode admitir nesse ponto uma ligeira digressão, para voltar às origens sociais das vestimentas típicas dos bispos, onde relembramos um passado glorioso de influência radical da Igreja, redimindo o mundo ao seu redor. Rousas J. Rushdoony é quem nos explica:

Sabemos a partir de 1Coríntios 6,1 que Paulo disse: “Não vão as cortes civis, porque elas são ímpias. Criem seus próprios tribunais”. E eles fizeram isso! E foram tão eficientes que, após algum tempo, os ímpios estavam indo aos tribunais da Igreja, dizendo: “Julguem nossas causas por nós. Leva anos para ter um caso ouvido nas cortes civis e isso nos causa falência, e assim, não temos justiça. Quem fará isso por nós?”.

Quando Constantino se tornou imperador, ele chamou os bispos, e disse: “Os tribunais do império estão falindo. Temos casos que têm estado nos tribunais há quarenta anos, sem nenhuma justiça. Quero que vocês, homens, quando saírem às ruas, vistam um traje de um magistrado romano por ordem minha, para que o povo de Roma e do império saibam que poderão ir até vocês para fazer justiça por eles”. Bem. É daí que vieram as vestimentas dos bispos. E, a menos que um bispo tenha me ouvido ensinar sobre o assunto, ele não sabe de onde se originou o seu manto de bispo<sup>46</sup>.

Devemos trabalhar neste mundo para conquistar toda essa influência cristã pública, embora infelizmente admitindo que o interesse na escolha de um sistema de governo eclesialístico ainda é raramente relevante para muitos cristãos e a maioria ainda discute se Constantino era de fato convertido – esse autor acredita que sim; cf. *Em Defesa de Constantino*, de Peter Leithart. Ainda vivemos num tempo onde o preconceito gnóstico sempre ressurgue vez após vez, de algum jeito, e especialmente no estreitamento da mente pietista, para fazer crentes incautos desprezarem qualquer tipo de organização, estruturação ou política na cristandade, mesmo numa congregação local. Mas o futuro da nossa esperança para todos os povos, certamente, deverá pertencer aqueles que dominam este mundo tal como Deus nos ordenou. O futuro é episcopal.

<sup>45</sup> *ibid.*

<sup>46</sup> [youtube.com/watch?v=inFMpF496TA](https://www.youtube.com/watch?v=inFMpF496TA) (1:00–2:30). Acessado em 06 de Abril de 2021.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Gedeon. **Assembleias de Deus: Origem, Implantação e Militância** (1911-1946). São Paulo: Arte Editorial, 2010.
- AULÉN, Gustaf. **A Fé Cristã**. São Paulo: ASTE, 2002.
- BASS JR., Ralph E. **Presbiterianismo Para Leigos**. Brasília: Editora Monergismo, 2019.
- BONHOEFFER, Dietrich. **Resistência e Submissão**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2016.
- COWAN, Steven. **Who Runs the Church?** Grand Rapids, Michigan: Zondervan, 2004.
- DEMAR, Gary. **Ruler of the Nations**. Ft. Worth, Texas: Dominion Press, 1987.
- KIRBY, Torrance. **A Companion to Richard Hooker**. Leiden, Boston: Brill, 2008.
- ERICKSON, Millard J. **Dicionário Popular de Teologia**. São Paulo: Mundo Cristão, 2011.
- JORDAN, James. **Financial Management for Episcopal Parishes**. Atlanta, GA: Church Publishing, 2017.
- JORDAN, James. **The Law of Covenant**. Tyler, TX: Inst. for Christian Economics, 1984.
- LEWIS, C. S. **O Peso de Glória**. São Paulo: Editora Vida, 2008.
- KUEHNELT-LEDDIHN, Erik von. **Liberty or Equality**. WA, Tacoma: Angelico Press, 2013.
- NEUMANN, Peter D. **Pentecostal Experience: An Ecumenical Encounter**. Oregon, Eugene: Pickwick Publications, 2012.
- NORTH, Gary. **Tithing and Church**. ICE, 1994.
- REIMER, Johannes. **Celebrando Deus no Mundo**. Curitiba, PR: Editora Esperança, 2012.
- ROBERTS, W. H. **O Sistema Presbiteriano**. São Paulo: Cultura Cristã, 1999.
- SCHAEFFER, Francis A. **A Igreja no Século 21**. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.
- SCHAEFFER, Francis A. **Não Há Gente Sem Importância**. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.
- SMITH, James K. A. **Pensando em Línguas**. São Paulo: Thomas Nelson, 2021.
- STOTT, John. **Ouçã o Espírito, Ouçã o Mundo**. ABU, 2005.
- SUTTON, Ray R. **Captains and Courts: A Biblical Defense of Episcopal Government**. 1987.